

**Colonialidade do saber, interdisciplinaridade, interculturalidade e
promoção da justiça cognitiva: elementos para um debate¹**

**Larisse Miranda de Brito¹
Georgina Gonçalves dos Santos²**

O trabalho aqui apresentado resulta da investigação desenvolvida pela Professora Larisse Miranda de Brito, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade em 2015, intitulado, “Novas rotas para o Ensino Superior no Brasil: os bacharelados interdisciplinares da UFRB”. Nossa intenção é debater as questões que essa pesquisa suscita em torno dos rumos da educação brasileira no que tange à persistente colonialidade do saber nas instituições nacionais e as propostas que surgiram, principalmente a partir de 2007, para efetuar mudanças significativas no ensino superior do país.

Tomamos como ponto de partida o conceito de colonialidade do saber, elaborado por Aníbal Quijano (2002; 2005; 2007), para pensar como o poder colonial atingiu os currículos universitários e promoveu o aniquilamento de saberes elaborados por povos não-brancos. Para Castro-Goméz (2007, p. 81, grifo do autor), tanto a estrutura disciplinar do conhecimento como a postulação da universidade como âmbito fiscalizador do saber, reproduzem um modelo epistémico moderno/colonial chamado por ele de “*hybris del*

¹ GT 4. Perspectivas epistemológicas, vivências e outras racionalidades: implicações e desafios para o fazer científico contemporâneo

¹ Mestra em Estudos Interdisciplinares sobre Universidade. Professora do curso de Serviço Social da Faculdades Maurício de Nassau (Campus Salvador e Lauro de Freitas) e da Faculdade Anísio Texeira (Feira de Santana-Ba). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Observatório da Vida Estudantil (OVE/UFBa/UFRB)

² Doutora em Sciences de l'Éducation - Université de Paris VIII (2006). Professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo Vice-reitora e Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Observatório da Vida Estudantil (OVE).

punto cero”. O ponto zero representa esse lugar hegemônico que a ciência reclama para si, como forma unívoca de interpretar o mundo e alcançar uma verdade irrefutável, essa arrogância, que é refletida no currículo através da fragmentação disciplinar que dá vida à compreensão subjacente ao conhecimento moderno, adota a repartição dos saberes em especialidades isoladas como único modo de atingir um conhecimento verdadeiro.

A maior parte das instituições nacionais não apenas experimentam como aprofundam a colonialidade do saber em seus processos educacionais. De modo geral, a maior parte das universidades brasileiras adota uma concepção disciplinar e profissionalizante para seus cursos e baseiam seus currículos na produção de intelectuais europeu ou estadunidenses em detrimento da construção do saber de outros povos e culturas. A disposição recente do governo brasileiro em reparar os danos históricos causados à população negra, indígena e pobre desse país, levou o Ministério da Educação (MEC) a divulgar, em 2007, seu Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que apontava, além de necessárias mudanças de infraestrutura, transformações curriculares que inovassem não apenas em suas práticas pedagógicas, mas, sobretudo no âmbito conceitual e de produção do conhecimento. Assim, algumas instituições, ao apresentar suas propostas de adesão ao REUNI, propõem a criação de cursos organizados através do regime de ciclos, cujo primeiro ciclo é composto pelo Bacharelado Interdisciplinar (BI), modelo que promove uma educação generalista e se baseia na interdisciplinaridade como modo de produção e disseminação do conhecimento.

Não há unanimidade entres os estudiosos do tema sobre o que é, de fato, a interdisciplinaridade, entretanto é possível observar que em sua maioria, os autores apresentam-na como um diálogo horizontal entre disciplinas científicas de diversas áreas o que permite um compartilhamento teórico-metodológico. Extrapolando esse entendimento, concordamos com a compreensão de Luzzi e Philippi (2011) que aponta

para a interdisciplinaridade como uma articulação entre disciplinas científicas diversas e outros modos de produção do conhecimento que não necessariamente adotam o saber científico como bússola.

Para Brito (2015) ao atuar nesse lugar fronteiro da dicotomia sujeito/objeto, ciência/senso comum e, o que lhe confere um trânsito entre especialidades diversas a interdisciplinaridade não pode se confundir com o paradigma científico moderno. Ao intercambiar saberes a interdisciplinaridade possibilita o surgimento do que Santos (2010), chama de um novo senso comum. Desse modo ela contribui para a promoção da justiça cognitiva (SANTOS; et. al, 2004), ao incorporar saberes diversos, que foram subalternizados ou aniquilados ao serem considerados não válidos para a compreensão da vida em sociedade. Nesse caminho, nossa compreensão é de que a interdisciplinaridade, ao realizar um diálogo com a perspectiva crítica intercultural, fortalece a ideia de surgimento de um campo, não apenas conceitual, mas também analítico e teórico inovador que contribui para a construção de novos conceitos e categorias possibilitando o surgimento de uma interepistemologia (WALSH, 2007;2009; BRITO, 2015).

De acordo com Wash (2007) a educação intercultural requer novas formas de inteligibilidade que não se limite as divisões estabelecidas pelo pensamento moderno. Para ela, essa perspectiva tem quatro finalidades principais: 1) o fortalecimento e legitimação das identidades culturais dos estudantes, 2) a promoção de um ambiente de aprendizagem que permita a expressão e comunicação própria dos estudantes através de suas identidades político-culturais, 3) o desenvolvimento da capacidade de comunicação, diálogo equânime entre os diversos grupos que carregam consigo saberes culturalmente distintos e, por último 4) colaborar com a construção da equidade social através da melhoria das condições de vida dos sujeitos. Desse modo, ela considera que trazer para o

centro do processo educacional as experiências próprias dos estudantes pode impactar positivamente na relação do estudante com processos de aprendizagem.

Para Brito (2015, p. 66) a educação em uma perspectiva intercultural é uma “possibilidade de descolonizar o processo de aprendizagem que pode contribuir para uma autonomia epistêmica dos povos, tornando-os protagonistas na construção de suas propostas e propósitos educacionais”. Além disso, ela considera que isso pode contribuir para laços de solidariedade no desenvolvimento das relações sociais que contribuam para uma maior convivência entre os povos rompendo com a exclusividade da ciência e subalternização de outros modos de produzir conhecimento.

Nesse sentido, considera-se que um currículo interdisciplinar de orientação intercultural possibilita transformações não apenas no âmbito das relações interpessoais cotidianas, mas também na compreensão subjacente às instituições que organizam a vida social. No mesmo caminho, colabora para as experiências coloquiais mediatizadas de forma marcante por dispositivos tecnológicos de interação virtual que conecta pessoas e mundo diversos. O mais importante, entretanto, é a contribuição dessa perspectiva para a promoção da justiça cognitiva uma vez que possibilita um intercâmbio de conhecimentos e metodologias diversas sem qualquer hierarquia *a priori*.

Os resultados do trabalho de Brito (2015) sinalizam que o Brasil têm dado importantes passos para a transformação da concepção nacional em torno da educação que oferta para sua população. É possível considerar, contudo que há uma resistência perene das instituições universitárias em promover mudanças radicais em seu interior, o que dificulta uma relação mais horizontal entre a universidade, enquanto instituição e a sociedade, enquanto povo. Desse modo, ela considera que não basta pensar inovações no âmbito acadêmico, curricular, mas antes é preciso considerar transformações também profundas no modelo conceitual que tomamos para nossas universidades. Nesse cenário, surgem as universidades interculturais, criadas em alguns países da América Latina, elas

aparecem como instituições diferenciadas frente a maior parte das universidades nacionais e internacionais, pois são estruturadas a partir do reconhecimento da existência de saberes diversos, rompendo com a hegemonia científica moderna.

Apesar de considerarmos que a reforma elaborada nos governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), através do da adoção de medidas de ações afirmativas e do REUNI, e intensificada nos governos Dilma Vana Roussef (2013-2016), representou um momento único para as instituições universitárias brasileiras, no sentido de possibilitar uma reflexão seriamente conduzida e orientada por pressupostos nacionais para a retomada da construção de um paradigma universitário nacional pautado nas necessidades do país. Entretanto esse projeto enfrentou muitas críticas e importantes resistências por parte da comunidade acadêmica, o que dificultou mudanças mais profundas na educação superior nacional.

Contudo, é possível pensar que o processo iniciado em 2007, contribuiu não apenas para ampliação de vagas no ensino superior com vias à democratização de acesso, mas sinalizou para transformações profundas que poderiam contribuir para, além da promoção da justiça social, a efetivação da justiça cognitiva uma vez que admitiu a flexibilização dos currículos e dos cursos ofertados por essas instituições sinalizando para a necessidade de formar cidadãos e não apenas profissionais. Por isso, nossa compreensão é a de que, as instituições nacionais ao avançarem em direção a uma concepção interdisciplinar e intercultural do conhecimento reparam danos históricos causados pelo colonialismo contra os povos negos, indígenas e pobres.

Referências:

a) Livros:

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. La Paz, 2009.

b) Artigos em coletâneas:

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO (Orgs.). A Colonialidade do saber, eurocentrismo Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: << http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>> Acesso em: 24 de novembro de 2016.

_____. Colonialidad del poder y clasificación social In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (Orgs.). El Giro Decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 93-126.

SANTOS, B. S.; et.al. **Introdução:** para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula G. Meneses; João Arriscado Nunes (Orgs.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento, 2004.

CASTRO-GÓMEZ, S. Decoloniizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (Orgs.). El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p.79-93

LUZZI, D. A.; PHILIPPI, A. Jr. Interdisciplinaridade, pedagogia e didática da complexidade na formação superior. In: Arlindo Phillipi Jr. e Antônio J. Silva Neto (editores). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação. São Paulo: Manole, 2011, p. 123-143

c) Artigos em periódicos:

QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. In: *Revista Novos Rumos*, nº 37, ano 17, 2002, p. 4- 28.

d) Artigos em periódicos da Internet:

BRITO, L. M. **Novas Rotas para o Ensino Superior no Brasil:** os bacharelados interdisciplinares da UFRB. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade.) – Instituto de Humanidades Artes e Ciências.

Anais Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul
v. 2, n. 1, 2018.

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2015. Disponível em: <<
<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18380>>>. Acesso em: janeiro de 2017.

NOGUEIRA, J. F. F. **Reforma da Educação no Governo Lula:** debate sobre ampliação e democratização do acesso. Brasília: UnB, 2008. 123 p. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em:

<<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1230/1/DISSERTACAO_2008_JaanaFlaviaFernaandesNogueira.pdf>> Acesso em: janeiro de 2017.